

Caruaru somos nós

CIRO GOMES *

Trinta e seis brasileiros já morreram em Caruaru, estado de Pernambuco, envenenados pelo tratamento a que tinham que se submeter em virtude de problemas renais. Trata-se de um chocante e macabro caso cuja conclusão ainda não aconteceu, pois todo dia morre mais um. E aqui a morte vem pelo tratamento de hemodiálise. São brasileiros pobres, de classe média e até remediados que se ataram a máquinas num centro especializado para este tipo de tratamento e que tinham 70 anos de idade ou 30, não importa, ninguém escapou à sentença de morte sem culpa neste roteiro macabro em que incúria, ignorância, ambição de lucros e irresponsabilidade pública se misturam para caricaturar a quantas andam as coisas em nosso país.

Não conheço tecnicamente o assunto para ajuizar as causas deste absurdo, mas me parece profundamente sintomático do abandono em que se encontra a sociedade brasileira em muitas áreas, mas especialmente nesta área literalmente vital que é a saúde pública. Ao lado da notícia triste de Caruaru, pôde-se ver também nos jornais a notícia de que por um longo período não foi distribuído o iodo que se deve agregar ao sal de cozinha para que nossas crianças em gestação não nasçam vítimas do cretinismo, que aqui não é a doença que acomete nossa elite dirigente, mas uma doença mesmo que desequipa o organismo em gestação de desenvolver-se mentalmente. Ou seja, enquanto morrem os de Caruaru, brasileiros por nascer ou recém-nascidos estão ameaçados de virem à vida deformados irremediavelmente em função de não saberem sequer que existe esta necessidade química em suas rações.

Em Caruaru alguma coisa não funcionou. Estão discutindo por lá diante de um Brasil entre atônito e rendido quem era o responsável por garantir que uma máquina de curar não se transformasse numa terrível máquina de morte. No caso do iodo, menos scandalizado pela imprensa, o que se deu foi que uma licitação pública do Ministério da Saúde para a compra do iodo a ser distribuído entre as refinarias de sal foi contestada por um dos concorrentes e de recursos em recursos mais de seis meses se passaram sem o fornecimento. Desta forma, em muitas regiões do Brasil o sal passou a ser consumido sem o tal químico. Quer dizer, é possível que muitos bebês gera-

dos e ou paridos por esta época possam estar acometidos desta deficiência horrível de debilidade mental. É demais! É realmente demais!

Como fica uma nação se questões desta natureza podem descambar assim para conseqüências tão absurdas quanto estas? Que outras questões desta natureza tão vitais estão acontecendo ante nossa impotente desatenção? Será que é preciso que o mercado tão idolatrado pelos tecnocratas modernizadores de nossos costumes tribais vá já já criar empresas de consultoria para oferecer serviços de advertência de que tipo de precaução se deve cercar o simples ato de viver entre nós?

Até quando a irresponsabilidade pública ficará fora do alcance de qualquer punição por uma legislação leniente e por uma estrutura jurídica omissa é a questão que a cada um destes deprimentes episódios se pergunta a sociedade brasileira, para concluir, entre cansada e revoltada, que isto não parece ter fim. O caso do *Bateau Mouche*, conseqüência do casamento entre egoísmo privado e omissão do serviço público, muitos anos atrás suscitou esta mesma discussão. Nada parece ter acontecido no paradigma da abordagem deste tipo de problema de lá para cá. Só que estamos falando de saúde. De viver ou morrer. De terem nossos filhos capacidade mental ou não.

De nossos entes queridos ou de nós próprios podermos ou não ter um mínimo de segurança na hora em que estamos fragilizados pela doença.

Este domingo é o dia mundial da saúde. Temos no ministério da área um homem de bem, cheio das melhores intenções. Sei mesmo que tem feito um imenso esforço para administrar o caos em que se transformou o setor e que se bate com o fato de que dispõe da metade dos recursos de que necessita para encarar o problema, mas, creio, a questão já não é mais esta. A questão da saúde pública no Brasil já tomou contornos de calamidade generalizada que fatos como o de Caruaru ou do iodo só são expressão caricata contundente de um fato maior incontestável: o sistema de saúde não existe. Não funciona. É corrupto. Desperdiça os poucos recursos de que dispõe. É ingerenciável nos moldes institucionais em que está montado. Mata é aleija ao invés de curar e tratar.

E não adianta pensar que o problema é da desconhecida Caruaru. Ou que é questão que só aos pobres inferniza. Com o oneroso escape dos planos de saúde, a classe média brasileira se defende do colapso da saúde pública vista sob o ponto de vista do acesso aos hospitais. E se no hospital o aparelho de diagnóstico ou de tratamento mata como aos pacientes renais de Caruaru? E se o sal de cozinha não tem um componente químico de tão funestas conseqüências, como fica? E que outras coisas que precisaríamos ter para viver com saúde estamos nós e nossos filhos e pais sem ter e sem saber que não temos porque um cretino qualquer da burocracia não cumpre sua obrigação?

Falo assim indignado porque não é possível mais se contemporizar com tal descalabro numa área tão absolutamente crítica. É necessário sem demora que as pessoas pelo Brasil afora se mobilizem para exigir um basta a tanta inércia e irresponsabilidade e pela remontagem do sistema público de saúde de nosso país. Com o mesmo dinheiro — pouco, é verdade — que se tem é perfeitamente possível que as coisas possam ser bem diferentes. É preciso começar por meter na cadeia os responsáveis por ação ou omissão pela falta de iodo no sal e pelo genocídio de Caruaru. Eles serão nós amanhã se seguirmos assim tão omissos e egoístas apenas pelo fato de podermos pagar uma saúde privada. Caruaru somos nós, todos nós.

